

(*) Maria Esther Barbosa Dias. Dr^a em Sociologia. Prof.^o do Dep. de Métodos e Técnicas em Serviço Social e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da UECE.
M^a Rúbia Cristina Martins Gonçalves. Graduanda em Serviço Social pela UECE.

87

M^a Esther Barbosa Dias e M^a Rúbia Cristina Martins Gonçalves *

Ocupações de terra na cidade: Desafios da reforma urbana.

RESUMO: Na virada do milênio, as cidades brasileiras concentram em seu espaço conflitivo aproximadamente 80% da população. Trata-se de um cenário multifacetado, onde se desenrola, hegemonicamente o conflito estrutural do modo de produção capitalista, envolvendo velhas e novas questões, velhos e novos sujeitos políticos coletivos. O texto trata das ocupações de terras em Fortaleza, cidade que revela um conjunto de gravíssimas questões sociais, entre elas a urbanização cada vez mais desordenada e caótica, geradora de um processo incontido de favelização que constitui um verdadeiro desafio à reforma urbana.

Palavras-chave:

Moradia; ocupações de terra; reforma urbana e desigualdades.

1 Sinais de Desigualdades.

A complexidade da cidade, enquanto espaço socialmente produzido, animado pela dinâmica interativa do urbano, impõe vários desafios aos seus gestores formais e informais (Estado e cidadãos) no tocante sobretudo às áreas de infra-estrutura, equipamentos e serviços responsáveis pelo mínimo de conforto para seus habitantes. Entendemos cidade na perspectiva de DIAS (1999: 1) como:

(...) uma complexa teia dialética construída cotidianamente a partir de lugares, símbolos, culturas, historicidades, temporalidades e espacialidades, sonhos, pesadelos e utopias, individualidades e coletividades, realismo e misticismo, “razão técnica” e pensamento mágico, analfabetismo e comunicação via Internet. Essa teia é

produzida, em macro-escala, pela tensão contínua entre os trabalhadores e os proprietários do capital, e pela ação de todos sobre o meio ambiente natural e construído. A nível micro, o espaço urbano é construído por uma infinidade de redes de interesses ‘tribais, lado a lado com redes de solidariedade e convivialidade.

Um olhar retrospectivo sobre o processo de urbanização brasileiro mostra que ele se deu com crescimento econômico significativo, de um lado, e, de outro, com o aumento das desigualdades sociais. Crescem as metrópoles. As cidades de pequeno e médio porte também se encontram em processo constante de crescimento, pois a migração atinge o país como um todo, não se restringindo mais às metrópoles —nelas, aliás, observa-se o claro declínio do aporte de novos cidadãos a elas “exteriores”, em razão do seu esgotamento econômico. São Paulo é emblemático a esse respeito. A tendência desse crescimento migratório para novos centros urbanos é inegável e historicamente irreversível, seguindo as grandes linhas observadas em todas as sociedades neste final de século e de milênio.

O aumento contínuo do fluxo de migrantes provenientes do meio rural, por seu turno, coloca inúmeras questões no que diz respeito à vinda desses seres humanos para o espaço urbano. Entre os problemas que o migrante encontrará de frente destacam-se: a dificuldade de conseguir trabalho com algum grau de qualificação, as condições precárias de moradia, a quebra das relações familiares de vizinhança e de solidariedade, a reestruturação de seu imaginário social, tudo isto em um cenário de uma economia crescentemente globalizada e excludente, assentada sobre a lógica da competitividade ilimitada e tendo por base tecnológica a contínua revolução das relações sociais de produção, um universo completamente alheio ao conhecimento material e simbólico desses migrantes. A lógica da chamada globalização é simples e brutal: não se trata mais de massas excluídas, mas, sim, de pessoas inteiramente desnecessárias aos novos patamares produtivos e de consumo, na ótica do capital. Poder-se-ia falar, com amargo realismo, de massas sobrantes que em nada interessam à manifestação cotidiana do capital.

Todo esse processo extremamente complexo expressa-se de maneira visível nas últimas pesquisas do IBGE e do Banco Mundial. A falta de trabalho no campo aumenta a miséria na cidade. Vejamos o caso do Ceará. Pesquisas do IBGE publicadas em dezembro de 1998 indicam que no estado a renda média

ao mês, no meio rural era de R\$ 38,00. Dados mais recentes, resultantes de pesquisa do Banco Mundial, publicada em junho de 1999, revelam que da população economicamente ativa (PEA) do Ceará, 49% conseguem obter média salarial de apenas R\$ 65,00 e 56% dos pobres vivem em áreas rurais. (Esta é também a média salarial de 48% dos trabalhadores rurais do Nordeste e de 23% da população do país). O Banco Mundial não poderia ter sido mais claro: “no Ceará é onde o rendimento no campo é o mais baixo”. Isto mostra que as pessoas incluídas nessa faixa salarial situam-se abaixo da linha de pobreza e se constituem nos excluídos da sociedade, os miseráveis.

Fortaleza, cenário da nossa pesquisa, representa um pólo de atração para onde converge um contingente de população rural que migra por falta de políticas públicas consistentes e sistemáticas para o trabalhador rural e a pequena agricultura familiar. Além disso, temos ainda os efeitos das secas ou estiagens prolongadas em todo o semi-árido nordestino. Encontra-se aqui, sem dúvida alguma, uma das razões fundamentais do crescimento das chamadas áreas de exclusão¹ da cidade de Fortaleza e da maioria das cidades nordestinas.

As pessoas que transitam em Fortaleza como turistas vêem apenas uma de suas faces: belas praias, parque das águas, o famoso “Beach Park”, orla bem cuidada, novo aeroporto, lindo espaço cultural, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com ares de Primeiro Mundo (expressão “obsoleta” mais relevante para compreender esse cenário), etc. O lado “feito” da cidade fica escondido do turista, que, obviamente, também prefere dele se esconder. Trata-se das áreas do território urbano onde vive e sobrevive grande parte da população, em ocupações irregulares e clandestinas, favelas, áreas de risco, sem acesso regular aos serviços urbanos adequados, onde são escassos ou mesmo inexistentes os direitos essenciais da cidadania.

Uma das feições características da realidade urbana deste final de século diz respeito à crescente redefinição, cada vez mais conflitiva, do espaço nas cidades, propiciada através da intervenção popular, em graus diferentes de estruturação e sistematicidade, de certa maneira na esteira da trilha aberta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O país fecha o século e o milênio com aproximadamente 80% de sua população vivendo no cenário urbano e é inegável que todas as metrópoles apresentam essa presença cada vez mais visível de grupos mais ou menos organizados de seres humanos

¹ Em relação à exclusão social a bibliografia é bastante vasta e pretendemos desenvolver um estudo mais aprofundado dessa questão.

“excluídos” que ocupam áreas públicas ou privadas e aí estabelecem núcleos urbanos com graus diferenciados de estruturação e negociação/conflito com o Estado, a comunidade circundante, etc.

Fortaleza não foge naturalmente a essa regra. No seu crescimento, podemos observar dois fenômenos significativos: um, mais espontâneo, que se constitui sob a forma de ocupações e outro, planejado, que representa os novos espaços construídos. Com aproximadamente dois milhões de habitantes (2,7 milhões, na área metropolitana) e impressionantes cenários de desigualdade social, a capital cearense convive cada vez mais com ocupações que se estabelecem aparentemente sem uma estratégia mais global, simplesmente respondendo à demanda pela terra para habitação, necessidade inadiável em um país que está longe de promover uma efetiva reforma urbana como estratégia social global, em razão do monopólio da terra por indivíduos e empresas, e seu processo brutalmente especulativo.

O déficit habitacional em Fortaleza é de aproximadamente 150 mil moradias. Calcula-se em 612 o número de favelas existentes nos mais diversos bairros da área urbana, dados extraordinariamente significativos se compararmos com o que sucede na cidade do Rio de Janeiro, com quase seis milhões de habitantes e aproximadamente 600 comunidades faveladas. No entanto, a cidade possui uma Lei Orgânica considerada uma das mais avançadas do país. Fortaleza é pioneira em Projetos de Mutirão Habitacional e foi premiada pela Conferência Habitat II da ONU, realizada em 1995, em Istambul, Turquia. Coerentemente, cabe fazer uma indagação estratégica: onde andam os programas de habitação popular a nível federal, estadual e municipal que não conseguem reverter o déficit habitacional, ainda que o governo federal tenha sabido “domar o dragão” da inflação? Do discurso à prática, uma distância cada vez mais trágica se expande no Brasil, notadamente nas cidades de grande porte.

Dessa forma, em meio a uma infra-estrutura urbana cada vez mais precária (saneamento e drenagem deficientes ou até mesmo inexistentes, dificuldades de abastecimento de água potável, disposição final do crescente lixo urbano, poluição dos rios que muitas vezes alimentam a cidade), em meio a um processo acelerado de favelização, resta a um número cada vez mais significativo de seres humanos a proposição da ocupação da terra, qualquer que seja a modalidade da propriedade desta. É relevante, contudo, assinalar certa preferência pela propriedade pública, por apresentar, por sua visibilidade,

melhores condições de enfrentamento e negociação. Configura-se, aqui, um cenário de expressão da pobreza onde não é possível estabelecer os limites entre incluídos e excluídos.

Não se trata de conceitos mensuráveis, mas de uma situação complexa que envolve a informalidade, a irregularidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e principalmente a falta de voz. A ilegalidade é, sem dúvida, um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de apartheid social ou ambiental (MARICATO, 1994: 51).

Também para SPOSATI (1997: 30), a exclusão tem o sentido de apartação social, na medida em que, através de seu processo,

“vai se agudizando o fosso entre a elite dominante e a massa de desempregados, subempregados, segmentos que vão sofrendo contínuas perdas sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro sob a lógica neoliberal sustentada na exclusão”.

Os pobres do campo ou de outras localidades chegam a cidade, no caso Fortaleza, e descobrem que nela é possível encontrar um espaço (de preferência público) onde possam levantar um barraco para se abrigar de sol e da chuva, juntamente com seus familiares. Para estes cidadãos, a cidade ainda representa a última chance de “melhoria de vida”, embora isto tenha um preço muito alto: o desenraizamento, o choque cultural e a quebra de um padrão de organização familiar e comunitária. Trata-se, por certo, de questão descartável para os arautos da globalização, mas de fundamental interesse para aqueles que trabalham no campo da reflexão sociológica, como expressão possível de seu vínculo cidadão com esses novos habitantes do lócus urbano.

2. Configurando as Ocupações

Dando continuidade à pesquisa que ao longo dos anos segue ocupando nossa atenção², pareceu-nos importante iniciar um estudo sobre o processo de ocupações urbanas em Fortaleza, começando por ocupações situadas no âmbito da III Secretaria Regional. Cabe informar ao leitor que a cidade de Fortaleza está dividida em seis áreas administrativas que recebem a denominação de Secretarias Regionais de I a VI.

² Assinalamos, aqui, que as pesquisas que realizamos para a dissertação de mestrado (1981) e tese de doutorado (1991) foram realizadas na área de habitação popular para população de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro.

As ocupações urbanas, processo político bastante acentuado no tecido urbano de Fortaleza na década de noventa, representam a não-cidade ou “sobra de cidade”, espaço onde se aglutinam, sem direito a dignidade, os sem-teto, os sem-trabalho, os de pouca ou nenhuma instrução formal. No caso em estudo, trata-se de uma área da cidade ocupada parcialmente por habitações típicas de classe média, de um lado, e por habitações de precária qualidade material, do outro. Nesta área, identificamos a existência de quatro ocupações mais recentes. Segundo dados da própria Secretaria, contudo, existem aproximadamente quarenta desses processos urbanos, entre favelas e ocupações.

As ocupações urbanas, de um modo geral, ocorrem em áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, de preferência em áreas públicas situadas em terrenos pantanosos, às margens de riachos, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de risco. Constituem-se, aqui, as chamadas ocupações ilegais ou clandestinas. A ilegalidade, como aponta MARICATO (1994:52),

“em relação à posse da terra parece fornecer freqüentemente uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade”.

No tocante à moradia, a questão se coloca na relação entre a propriedade privada da terra, que se torna mercadoria, e a deterioração do poder aquisitivo de grande parcela da população ignorada pelo Estado e pelas políticas públicas que deveria implantar, ainda mais em um estado, como o Ceará, onde o discurso oficial há muito enfatiza a mudança e a modernidade como proposição administrativa.³ Portanto, temos, de um lado, a valorização da terra urbana pelo capital e, em contraponto, a pauperização de um enorme segmento da população; e, de outro, a ineficácia ou inoperância de políticas públicas, nos três âmbitos de governo, no tocante à moradia, e isso tem contribuído para intensificar o processo de ocupações urbanas.

Aqui, faremos menção, com dados concretos, a ocupação da Penha, que constitui o ponto de partida da nossa pesquisa. Essa ocupação desenvolveu-se a partir de julho de 1996, envolvendo 249 famílias. Os ocupantes utilizaram um amplo espaço delimitado pelo perímetro de quatro ruas do bairro. Os lotes ocupados possuem, em média, de 27 a 36 m². Apenas metade da área acha-se construída. Em praticamente todos os casos, trata-se de habitações de péssima qualidade, de taipa, sendo raras as construções de alvenaria.

³ Para a análise dessa questão, sugerimos ao leitor a análise do ensaio “Ceará, Terra dos Outros”, de Francisco José Soares Teixeira, Fortaleza, mimeo, agosto de 1999.

Não existe esgotamento sanitário. A água era originalmente obtida através de poços (do tipo “cacimbões”)⁴, abertos pelos ocupantes, muitas vezes no próprio piso da “sala”, que representa, em muitos casos, o único espaço da moradia. Posteriormente, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CACEGE), atendendo as reivindicações dos moradores, fez a ligação de cada “barraco” com a rede pública. Os beneficiados colaboraram com a mão-de-obra. O serviço é ainda precário na medida em que cada morador teve direito apenas a uma torneira. Por sua vez, a iluminação foi obtida, inicialmente, a partir de “gatos” (ligações clandestinas à rede oficial), mas, atualmente, todos os barracos já estão ligados à rede. A comunidade conta ainda com um posto de saúde situado próximo às valas a céu aberto.

Todo cenário lembra, fisicamente, de certa maneira, a Inglaterra do século 18, à época do início da revolução industrial. As “ruas” e “avenidas” não passam de corredores estreitos em meio às já referidas valas a céu aberto. Em época de chuvas, muitos moradores convivem com água entrando nos barracos, a ponto de cobrir todo o espaço habitado.

A partir do quadro acima traçado, indagamos: que sugestões ou propostas os moradores de ocupações apontam —lado a lado com outros sujeitos políticos envolvidos com a questão— no sentido da realização de medidas concretas para resolver o problema da moradia, do desemprego e da profissionalização?

2.1. Moradia e Renda

No tocante à moradia, as sugestões apontadas (em múltiplas ocasiões, em conversas informais, entrevistas e assembléias de moradores) referem-se ao mutirão. Trata-se de uma alternativa que, segundo vários depoimentos, não excluiria qualquer morador, a todos envolvendo. Ressalte-se, aqui, que, no universo dos moradores, existem graus diferenciados de renda, conforme apontou a pesquisa.

O questionário aplicado a 128 chefes de família (51,4% de um total de 249) aponta que 43% dos chefes de família encontram-se na faixa de um salário mínimo e 44,5% têm uma renda superior ao salário mínimo. Dos entrevistados, 12,5% estavam sem renda no momento da pesquisa (primeiro semestre de 2000). Cabe lembrar que praticamente os dados em relação à renda referem-se ao mercado informal, portanto sujeito a oscilações muito mais significativas que aquelas registradas no formal.

⁴ No passado o terreno foi pantanoso e por isso mesmo após o aterramento feito ao longo dos anos através de depósitos de lixo, é possível encontrar água com pouca profundidade.

Tabela 1
Renda do chefe do domicílio

Renda	Nº Absoluto	Nº Relativo
Nenhum rendimento	16	12,5
Até 1 sm.	55	43,0
Acima de 1 a 2 sm.	42	32,8
Acima de 2 a 3 sm.	14	10,9
Mais de 3 sm.	1	0,8
TOTAL.	128	100

Fonte: Pesquisa Direta, 2000.1

Em relação ao trabalho feito em mutirão, muitos moradores da ocupação tiveram uma experiência de um trabalho conjunto por ocasião da instalação da rede de água, na ocupação, onde a Prefeitura entrou com o material e técnicos para supervisionar o trabalho e os moradores entraram com a mão-de-obra. Portanto, para eles, o mutirão é uma solução viável e que viria de encontro aos anseios da maioria.

Alguns moradores expressaram preocupação com a falta de planejamento do trabalho. Individualmente, eles buscam ampliar o seu espaço de área construída sem muita preocupação com o alinhamento das “vuelas”. Nesse sentido, cada “nesga” do terreno é aproveitada e isso poderá trazer problemas futuros, caso consigam um projeto de construções regulares para a respectiva área. Tudo está sendo feito no sentido de abrigar mais gente no espaço da ocupação, que agora começa a tomar forma de um labirinto com passagens muito estreitas e de difícil acesso.

2.2. Moradia e Instrução

Nas conversas informais com os moradores e nos dados colhidos através de um questionário, percebemos a questão do analfabetismo como uma dificuldade estratégica para conseguirem trabalho. Segundo eles, “até mesmo peão de obra precisa ter passado pela escola.” Nascia ali o desejo de iniciarem o estudo formal para facilitar a conquista de espaço no mercado de trabalho. Dentre aqueles que vieram do interior, 39,1 %, a grande preocupação é poder tirar a carteira de identidade e o CIC. A escola também foi apontada como meio de aprender mais sobre a cidade, como demonstra o seguinte depoimento:

*Nasci, me criei e trabalhei um grande pedaço da vida no campo e por isso tenho saber sobre ele mas da cidade eu sou um aprendiz.*⁵

Em relação à escola, as dificuldades apontadas registravam o horário —a escola para adultos geralmente começa às 18 ou 18,30 horas— e os desempregados biscateiros nem sempre conseguem chegar de suas tarefas no referido horário. O contato feito com o Colégio Estadual do bairro constituiu-se na abertura das portas para os interessados em iniciar rapidamente a alfabetização. O grupo foi iniciado com 16 alunos, quase todos da ocupação. A própria direção do Colégio, mostrando-se sensibilizada, fez algumas concessões, atendendo ao grupo, entre elas, a dispensa de uniforme e início das aulas às 19 horas. Hoje, do grupo inicial de 16, 10 alunos da ocupação estão alfabetizados.

Tabela 2
Grau de instrução do chefe do domicílio

Nível de instrução	Nº Absoluto	Nº Relativo
Analfabeto	15	11,7
Alfabetizado	14	10,9
1º Grau Incompleto	62	48,5
1º Grau Completo	22	17,2
2º Grau Incompleto	4	3,1
2º Grau Completo	10	7,8
3º Grau Completo	1	0,8
TOTAL	128	100

Fonte: Pesquisa Direta - 2000.1

No tocante ao nível de instrução, os dados mostram que 48,5% dos entrevistados não possuem sequer o primeiro grau completo, 10,9 são alfabetizados e 11,7 % são analfabetos. Constitui uma minoria, 7,8%, o percentual daqueles que disseram ter completado o segundo grau. O baixo nível de instrução foi apontado pelos analfabetos como um grande empecilho, não só para conquistarem um espaço no mercado de trabalho, como também para ingressarem nos cursos profissionalizantes, como é o caso da Escola 24 horas, experiência levada a cabo na cidade de Fortaleza, através do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

⁵ Depoimento colhido de um analfabeto no início da pesquisa e hoje já alfabetizado.

2.3. Como se deu a ocupação

Morar na ocupação representa, para 57,8% dos entrevistados, a possibilidade de “sair do aluguel”. Esse dado é revelador do contínuo processo de redução ou perda de renda dos trabalhadores urbanos. O desemprego, que atinge a sociedade como um todo, constitui-se em um processo particularmente acentuado nesse segmento da população em estudo. Outro dado significativo refere-se aqueles (20,3%) que habitavam com familiares por não disporem de recursos que fizessem face ao aluguel. Essa alternativa gera uma situação bem complexa: ambientes insalubres, superlotados, onde predomina uma difícil coabitação de sexos e idades, características comuns também na ocupação.

Tabela 3

Motivo de ocuparem o terreno

Motivos	Nº Absoluto	Nº Relativo
Sair do aluguel	74	57,8
Acompanhando familiares	17	13,3
Área melhor localizada	6	4,7
Perto do trabalho	3	2,3
Morava com familiares	26	20,3
Nao se aplica	2	1,6
TOTAL.	128	100

Fonte: Pesquisa Direta - 2000.1

A ocupação em foco ocorreu de forma espontânea. “A notícia correu de boca a boca”. O canal de informação sobre a terra, possível de ser ocupada, é geralmente informal. A maioria ficou sabendo através de amigos ou familiares: “alguém deu um toque”, como costumam dizer. Dos chefes de família entrevistados, 41,3% participaram da ocupação do terreno, 18,8% conseguiram “comprar a posse” da terra de outros. O mesmo ocorreu com 25% dos chefes de família que conseguiram comprar a “posse” do barraco já levantado. Existe um percentual significativo de 13% dos chefes de família que conseguiram a moradia através da troca. (Cf. gráfico 4)

Percebemos a ocorrência do referido processo entre ocupações da mesma área. Percebemos, igualmente, uma certa (e inevitável) especulação em relação ao processo de ocupações. Alguns ocupantes iniciais pegaram dois lotes, um

para si e outro para ser passado adiante. Parece-nos bastante claro que moradores do bairro que já possuíam suas casas ocupavam lotes para comercializar⁶. Esse dado é, contudo, de difícil comprovação formal, pois as negociações são feitas no anonimato, toda a transação é desenvolvida sem papel, sem testemunha, tudo na base da chamada ilegalidade. Fica-nos claro, entretanto, que o morador da ocupação é aquele não tem outra alternativa de conquista da moradia em universo urbano onde esta é uma simples, embora caríssima, mercadoria.

Tabela 4
Como se deu a aquisição do domicílio

Aquisição do domicílio	Nº Absoluto	Nº Relativo
Ocupou o terreno	53	41,3
Comprou a casa	32	25,0
Comprou o terreno	24	18,8
Fez uma troca	17	13,3
Doação	1	0,8
Emprestada	1	0,8
TOTAL.	128	100

Fonte: Pesquisa direta, 2000.1

Observa-se um fenômeno interessante com a chegada de novos ocupantes. Estes já chegam iniciando benfeitorias na moradia. Dada a impossibilidade de ampliação ao nível horizontal, alguns ocupantes começam a criar condições de construir um ou dois cômodos ao nível vertical. Em relação à ampliação da moradia, cada nesga do terreno está sendo aproveitada muitas vezes, proporcionando vielas de difícil acesso. Aos poucos, o espaço da Ocupação está se tornando um verdadeiro labirinto.

Reflexões

O quadro de desigualdades sociais aponta para uma projeção pouco otimista em relação ao futuro das políticas públicas. Os problemas apontados em Fortaleza e, mais especificamente, nas ocupações urbanas, objeto de nossa investigação, expressam, em diferentes graus de magnitude, os problemas de outras cidades brasileiras.

⁶ Trata-se de processo corriqueiro em outras metrópoles.

A compreensão do cenário de desigualdades sociais deságua na análise da crise estrutural do Estado brasileiro, que vem atravessando sucessivos governos e se agravando, sob o ponto de vista dos interesses da grande maioria da população. Não se trata de fazer, aqui, uma análise mais detalhada acerca dessa crise, o que demandaria um estudo de formato histórico bastante ambicioso, indo desde o início do processo de colonização até nossos dias. Em breves palavras, contudo, podemos afirmar que o Estado brasileiro, notadamente após o golpe militar de 1964, dedicou-se a criar e fortalecer as condições de instalação e expansão do grande capital nacional e internacional, promovendo a chamada “modernização conservadora”, atualmente reformatada para as dimensões do projeto neoliberal, com a redução do papel do Estado à condução do ajuste “estrutural” objeto, presentemente, de crescente contestação a nível internacional —e ainda tímida contestação a nível interno.

A década de 90 foi sobretudo marcante no sentido de redefinição do Estado brasileiro. Fica claro não só a sua falência e a total falta de recursos para as políticas sociais mas, acima de tudo, a absoluta falta de vontade política para o efetivo enfrentamento das questões sociais, com destaque, nesse texto, para o problema da moradia. O déficit habitacional brasileiro constitui um elemento importante no quadro de miséria a que está submetido quase um quarto da população brasileira. Esse quadro resulta do esgotamento do atual padrão de urbanização, da especulação comandada pelo mercado imobiliário, do processo de uso e apropriação da terra, da questão agrária, da crise da economia e do modelo de desenvolvimento implantado no país.

Falar, pois, em política habitacional e na conquista da moradia para milhões de seres humanos que “vivem” em moradias extraordinariamente precárias, equivale a enfrentar decisivamente os desafios da reforma urbana e agrária em uma perspectiva de futuro em curtíssimo prazo, no cenário mais amplo da “crise” do Estado e da internacionalização da economia. Essa questão necessita a mobilização de sujeitos políticos coletivos capazes de gestar políticas e de impô-las, pela negociação e pelo confronto político, a um Estado privatizado ao longo dos séculos de história brasileira. Os movimentos, a nível crescentemente nacional, que hoje enfrentam esses desafios, terão que constituir alianças mais amplas que expandam sua base social, no universo da maioria esmagadora da população do país, constituindo um movimento organizado capaz de pressionar o Estado no sentido de conquistar espaços e concretizar propostas no campo das Políticas Sociais.

A luta dos sem-teto da cidade e a luta dos sem-terra no campo têm um caráter potencialmente universalizante. Nessa perspectiva, abre-se um leque de possibilidade de ação conjunta, formando-se uma crescente rede que terá como elo a solidariedade entre pessoas, grupos e movimentos, com o objetivo de atuar sobre os mecanismos políticos responsáveis pelas desigualdades sociais. A relação de diversos movimentos através de uma rede poderá constituir-se em alternativa de busca de novos caminhos para os movimentos sociais que correspondam a esse novo tempo de início de uma nova era. Trata-se de um tempo histórico de extraordinária fecundidade. As grandes dificuldades porque passa a maioria da população, em assustador processo de empobrecimento material e espiritual, não devem nos afastar das tarefas inevitáveis e inadiáveis de construção das condições concretas para o florescimento da solidariedade e da fraternidade. Cabe-nos inserir nossa práxis individual nessa práxis coletiva, tendo como referencial a vida plena que desejamos para aqueles que hoje observam de longe o banquete dos saciados e felizes.

De fato, urge pensar coletivamente a cidade de Fortaleza para o século 21, especialmente no tocante à questão da moradia e seus desdobramentos. Essa questão aponta para dois ângulos: de um lado o agravamento da crise habitacional nos grandes centros urbanos; do outro, a concretização de mecanismos legais garantidos na Constituição de 1988, que, se postos em prática, poderiam se constituir em uma das alternativas para a produção de moradia para a população de baixa renda (DIAS, M. B., 1994). Temos clareza de que a questão urbana não pode ser concebida independente da questão agrária. A grande dificuldade certamente consiste na integração de ambas, na lei e na ação concreta. Vejamos a nossa própria Constituição Federal, que, como aponta BALDEZ (1999), “dá trato federal à questão agrária e deixa o solo urbano sob regulação municipal. O sistema é inteligentemente montado para manter separadamente as lutas e, com isso, dispersá-las, garantir aparelhos mais eficazes de contenção.”

O direito à moradia, concebido como direito humano, é uma das grandes reivindicações dos movimentos sociais urbanos e constituiu-se como pauta de reivindicação ao nível internacional, quando da última Conferência Mundial de Moradia realizada em Istambul, em 1996. A não aprovação da referida reivindicação significou uma derrota para os sem-teto do mundo

inteiro. Por fim, assinalamos, aqui, que a luta popular por terra na cidade e no campo é luta contra o capital. Essa luta aponta duas vertentes intimamente ligadas: a conquista da terra no campo viabiliza-se com a Reforma Agrária e a conquista da terra na cidade tornar-se-á viável com a Reforma Urbana.

Key words:

Habitation; land
occupation; urban reform;
unequality.

ABSTRACT: The scenery presented in this study is a very diversified one. In this fascinating and ever-changing urban space, it is carried out the structural conflict characteristic of the capitalist mode of production, wherein the fundamental classes struggle for hegemony. We can easily observe in this scenery the presence of old and new questions, old and new collective political subjects. This text deals with the land occupations in Fortaleza, a city which reveals a very complex set of ponderous social demands, amidst them an ever-growing unorganized and chaotic process of urbanization, which, in turn, leads to the exponential growth of the number of slums, a daring challenge to all those involved in the struggle for urban reform.

Bibliografia

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela Terra. Resumo da Tese elaborada para o encontro nacional de Solo Urbano, promovido pela Associação Nacional de de Solo Urbano – ANSUR – em junho de 1999 em São Paulo.

BRAGA, Elza Maria Franco. Os labirintos da Habitação Popular. (Conjunturas, Programas e Atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRAGA, Elza M. Franco e BARREIRA, Irllys. A Política da Escassesz. Lutas Urbanas e Programas Governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

DIAS, José Fernandes. Gestão Democrática e Participação Popular. Desafios teórico práticos para uma nova práxis urbana. Rio de Janeiro, setembro de 1999, mimeo.

DIAS, Maria Barbosa. Le droit au Logement: rêve ou réalité? Étude de cas dans une banlieue de Rio – Brésil. Tese de doutorado em Sociologia, Sorbonne, Paris, 1994.

_____. A Dialética do Cotidiano. São Paulo: Cortez, 1982.

FORTALEZA. OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA. Centro Josué de Castro e Instituto Polis, Recife / São Paulo, 1998.

KOWARICK, Lucio (Org.). As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARICATO, Hermínia. Exclusão Social e Reforma Urbana. In: Proposta, nº 62, set. 1994.

SPOSATI, Adailza. Mínimos Sociais e seguridade social: uma revolução da consciência de cidadania. In: Serviço Social & Sociedade, nº 55, São Paulo: Cortez, 1997.